

A Cidade

7/6/1989

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DISCUTE EM RIBEIRÃO PRETO A GREVE DOS TRABALHADORES RURAIS

A greve dos trabalhadores rurais na região trouxe ontem a Ribeirão Preto, o Delegado Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, Argeu Quintanilha de Carvalho. Argeu, que estava em Marina, decidiu vir à Ribeirão Preto assim que foi informado sobre a deflagração da greve, e o anúncio de sua visita — mesmo "em cima da hora" — motivou a vinda de presidentes de dois sindicatos de trabalhadores rurais da região, Tadeu Urbinati, do Sindicato de Sales Oliveira, e Manoel Rodrigues dos Santos, de São Joaquim da Barra.

Após uma reunião com os dois sindicalistas, e acompanhado da subdelegada do Trabalho, Marisa Alarcon, Argeu Quintanilha explicou o principal objetivo da visita — repassar à Subdelegada de Ribeirão Preto a orientação do Ministério Público acerca de conflitos trabalhistas do tipo que começa a surgir na atual greve de trabalhadores rurais.

O movimento reivindicatório dos trabalhadores rurais pode adquirir contornos complexos por uma simples razão — a Feraesp — Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, entidade que está à frente da greve, não é reconhecida como a representante legal dos trabalhadores que estão parados (na maioria, cortadores de cana). Estes, legalmente, tem como representantes a Fetaesp-Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, exatamente a entidade que, há cinco dias, assinou acordo coletivo com a Faesp-Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

MESMA BASE

As duas entidades representam na prática uma mesma categoria, os trabalhadores rurais. Como, nesta categoria, existem segmentações (como por forma de recebimento de salários), a Feraesp alega ser a representante de trabalhadores inseridos no acordo feito pela Fetaesp com a Faesp. Ou seja, ocorre superposição de bases. E, para completar, trabalhadores rurais de sindicatos ligados à Fetaesp aderiram à greve. Está armado o cenário para um complicado conflito trabalhista.

O delegado regional do Trabalho explicou ontem que foge à sua competência legal uma possível solução para o problema, que seria reconhecer a Feraesp como legítima representante dos trabalhadores em greve e tentar intermediar uma negociação com os patrões. Argeu disse que desde a promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro, a Delegacia Regional de São Paulo acumula mais de 200 processos de solicitações como registro de sindicatos ou mudança de bases territoriais. Os processos não são encaminhados porque o órgão responsável pelos mesmos era — até 5 de outubro de 1988 — a Comissão de Enquadramento Sindical, extinta juntamente com a promulgação da Constituição. E esta reza que as atribuições da referida comissão devem ficar a cargo de um novo órgão, ainda não criado.

Argeu fez questão de frisar que a Delegacia do Trabalho não tem como reconhecer a legitimidade da Feraesp por dois motivos, ambos ligados à Fetaesp. Esta federação tem uma carta sindical (documento que comprova registro legal), fornecida pelo Ministério do Trabalho há anos, e o acordo feito junto à Faesp foi devidamente referenciado pelas bases dos 75 sindicatos ligados à entidade, entre eles o de Ribeirão Preto a Feraesp tem cerca de 20 sindicatos seguindo sua orientação. Ou seja, todo o processo de negociação salarial foi correto, culminando com a assinatura, no último dia 2, de um acordo prevendo entre outros itens, pagamento de diárias de NCz\$ 5,62 para os trabalhadores rurais.

ALCANCE DA GREVE

Até ontem ainda não haviam informes detalhados sobre a força da greve deflagrada sob a orientação da Feraesp, mas as primeiras informações indicavam uma adesão substancial — estariam paralisados 60 por cento dos trabalhadores rurais de Cajuru e 70% de Santa Rosa do Viterbo, por exemplo.

Caso o movimento ganhe força ou se prolongue, uma consequência previsível deverá ser o pedido de dissídio coletivo pelo lado patronal — a Faesp. Ontem mesmo, sob o título “Informação aos Trabalhadores Rurais” e assinado por Usinas e Destilarias da Região, foi publicado em diversos jornais um informe publicitário dividido em três partes. Na primeira é relatado o acordo assinado entre Fetaesp e Faesp no último dia 2. Em seguida, que “as greves em alguns municípios da região de Ribeirão Preto... estão sendo organizadas por alguns sindicatos ligados a uma nova Federação recentemente constituída, devido a desentendimentos entre lideranças sindicais do setor rural”. E na última parte é relatado o seguinte — “não nos cabe entrar no mérito se a nova Federação e os novos sindicatos a ela filiados têm ou não poder jurídico para negociar acordo daqueles trabalhadores, pois este julgamento cabe à Delegacia Regional do Trabalho e não temos conhecimento se até o dia 02-06-89, quando foi assinado o acordo com a Fetaesp, a nova Federação já havia entregue a pauta de reivindicações naquela Delegacia, o que é obrigatório para se dar início a negociação coletiva”. (Reportagem de Nicola Tornatore).

(Última página)